

## 6. TECNOGÊNERO

A invenção da categoria de “gênero” (*gender*) sinalizou uma cisão e tornou-se o ponto de origem para o surgimento do regime farmacopornográfico de produção e governo da sexualidade. Longe de ser a criação de uma agenda feminista, a noção de gênero pertence ao discurso biotecnológico que apareceu nas indústrias médicas e terapêuticas dos Estados Unidos no final da década de 1940. O gênero e a masculinidade e a feminilidade farmacopornográficas são artefatos originados do capitalismo industrial e atingirão picos comerciais durante a Guerra Fria, assim como a comida enlatada, o computador, as cadeiras de plástico, a energia nuclear, a televisão, o cartão de crédito, a caneta esferográfica descartável, o código de barras, os colchões infláveis ou os satélites de telecomunicações.

Em 1955, o psicólogo infantil John Money, que tratava “hermafroditas” e “bebês intersexuais”, tornou-se a primeira pessoa a fazer uso da categoria gramatical de *gênero* como uma ferramenta clínica e de diagnóstico. Junto com Anke Ehrhardt e Joan e John Hampson, ele iria desenvolvê-la como parte de um conjunto de hormônios potenciais ou técnicas cirúrgicas para modificar os corpos de bebês nascidos com órgãos genitais ou cromossomos que a medicina — com seus critérios visuais e discursivos — não conseguia classificar como estritamente femininos ou masculinos.<sup>1</sup> Às

<sup>1</sup> John Money, Joan G. Hampson e John L. Hampson, “Imprinting and the Establishment of Gender Role”, *Archives of Neurology and Psychiatry*, v. 7, n. 3, 1957, pp. 333-336.

rígidas classificações sexuais no século XIX, John Money opôs a maleabilidade do *gênero*, utilizando técnicas bioquímicas e sociais. Quando usou a palavra *gênero* para definir um “papel social” ou “identidade psicológica”, pensava essencialmente na possibilidade da utilização de tecnologias (de hormônios a técnicas sociais, como aquelas empregadas em instituições administrativas e pedagógicas) para modificar o corpo ou produzir intencionalmente subjetividade a fim de conformá-lo a uma ordem visual e biopolítica preexistente, que foi prescritiva para o que se supunha ser um corpo humano feminino ou masculino.<sup>2</sup> A fim de garantir que seu desenvolvimento “sexual” externo pudesse ser identificado como feminino, recém-nascidos declarados como “intersexuais” por possuírem um “micropênis” (de acordo com critérios visuais somatopolíticos) foram amputados, tendo os genitais reconstruídos em forma de vagina. Depois disso, passaram a receber terapia hormonal de substituição.<sup>3</sup> Ativistas intersexuais têm apontado uma similaridade entre as técnicas tradicionais de extração do clitóris fora do Ocidente e as práticas industrializadas de mutilação genital nos corpos intersexuais do Ocidente.<sup>4</sup> Distantes das técnicas rígidas e exteriores de normatização dos corpos nos sistemas

2 Joanne Meyerowitz, *How sex changed: a history of transexuality in the United States*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002, pp. 98-129.

3 Suzanne Kessler, “The Medical Construction of Gender: Case Management of Intersex Infants”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 1, n. 1, 1990. Suzanne Kessler e Wendy McKenna, *Gender: An Ethnomethodological Approach*. New York: John Wiley, 1978.

4 Cheryl Chase, “Hermaphrodites with Attitude: Mapping the Emergence of Intersex Political Activism”, in Susan Stryker e Stephen Whittle (eds.), *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006, pp. 300-314.

disciplinares e arquitetônicos no final do século XIX e início do século XX, as novas técnicas farmacopornográficas do biocapitalismo de produção de gênero foram simultaneamente invasivas e mínimas, penetrantes e invisíveis, íntimas e tóxicas, de alta tecnologia e mutiladoras.

Como a Pílula ou o *oncomouse*, o gênero é um artefato industrial biotécnico. As tecnologias de gênero, do sexo, da sexualidade e da raça são os verdadeiros fatores econômicos e políticos do farmacopornismo. São tecnologias de produção de ficções somáticas. *Masculino* e *feminino* são termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem. Assim, a recente história da sexualidade aparece como uma gigantesca Disneylândia farmacopornográfica, em que as metáforas do naturalismo sexual são fabricadas em escala global como produtos de indústrias midiáticas, endocrinológicas, cirúrgicas e do agronegócio.

Enquanto Money adultera o corpo de bebês para encaixá-los à força em categorias de “gênero masculino” ou “gênero feminino”, o dr. Henry Benjamin administra estrogênios e progesterona a um novo tipo de paciente do sistema público de saúde: um adulto que diz não se identificar com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Curiosamente, o critério para atribuição de gênero, assim como os critérios para sua reatribuição, em casos de transexualidade, colocam em funcionamento dois modelos metafísicos do corpo quase irreconciliáveis. Por um lado, os critérios de atribuição de sexo que permitem decidir se um corpo é “feminino” ou “masculino” na hora do nascimento (ou ainda dentro do útero, utilizando a ultrassonografia) dependem de um modelo de reconhecimento visual que se pretende empírico e em que os significantes (cromossomos, tamanho dos genitais etc.) se apresentam como verdades científicas. Neste caso, dar visibilidade a

um corpo implica atribuí-lo única e definitivamente a um gênero masculino ou feminino. Estamos aqui diante de uma ontologia ótica: o real é o visível. No entanto, a ideia segundo a qual há um verdadeiro “sexo psicológico” diferente daquele que foi atribuído no nascimento — ou seja, uma convicção subjetiva de ser um “homem” ou uma “mulher” — pertence a um modelo de radical invisibilidade, não representável, e esse paradigma se aproxima ao do inconsciente freudiano: isto é, a uma ontologia imaterial. Neste caso, o real não se oferece aos sentidos e é, por definição, aquilo que escapa aos meios empíricos. Se estes dois modelos podem funcionar juntos, isso se deve a um único eixo metafísico que os aproxima da mesma forma que os opõe. É necessário imaginar os ideais biopolíticos da masculinidade e da feminilidade como essências transcendentais das quais pendem, em suspensão, estéticas de gênero, códigos normativos de reconhecimento visual, convicções psicológicas invisíveis que levam o sujeito a se afirmar como masculino ou feminino, como homem ou mulher, como heterossexual ou homossexual, como cis ou trans. Contudo, os critérios visuais que regem a atribuição de um sexo no nascimento não são um evento biológico mais real do que os critérios psicológicos que fazem com que alguém se considere “interiormente” como homem ou mulher: “Genitais físicos são uma construção de formas de vida biológicas e científicas”.<sup>5</sup> Pênis e vaginas são biocódigos de regimes de poder e conhecimento; reguladores ideais, ficções biopolíticas que encontram seu suporte somático

<sup>5</sup> Suzanne Kessler e Wendy McKenna, “Toward a Theory of Gender”, in Susan Stryker e Stephen Whittle (eds.), *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006, p. 173.

na subjetividade individual.<sup>6</sup> O regime sexo-gênero farmacopornográfico é o resultado da aliança inesperada entre a metafísica naturalista do século XIX do dimorfismo sexual, com foco na reprodução heterossexual, e a ascensão da indústria médica e biotécnica hiperconstrutivista, em que os papéis e as identidades de gênero podem ser artificialmente concebidos.<sup>7</sup> Platão encontra Money na garagem de gênero *high-tech*.

A produção hiperbólica do discurso médico pós-guerra sobre gênero é o sinal de uma crise epistêmica: os intermináveis debates “natureza versus criação” que ocorreram entre 1950 e 1970 envolvendo John Money, David O. Cauldwell, Robert Stoller, Henry Benjamin, Richard Green ou Milton Diamond lembram-nos os truques do século XVI aplicados às esferas e aos epiciclos com o objetivo de manter a hegemonia do modelo astronômico geocêntrico. A proliferação do discurso clínico sobre “hermafroditismo verdadeiro”, “pseudo-hermafroditismo”, “intersexualidade”, “incongruências sexuais” e “*psychopathia transexualis*”,<sup>8</sup> bem como a normatização médica das técnicas de reatribuição de sexo, mutilação genital de bebês intersexuais e reconstrução cirúrgica do gênero, tudo isso constitui nada mais do que medidas desesperadas (e violentas) para reforçar uma epistemologia abalada. Nos anos 1950, época que foi confrontada com a ascensão política do feminismo e com a homossexualidade, bem

<sup>6</sup> Judith Butler, “Doing Justice to Someone: Sex Reassignment and Allegories of Transsexuality”, in *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004, pp. 57-74.

<sup>7</sup> Id., *ibid.*

<sup>8</sup> Ver David O. Cauldwell, “Psychopathia Transexualis”, in Susan Stryker e Stephen Whittle (eds.), *op. cit.*, pp. 57-74.

como com o desejo de “travestis”, “desviantes” e “transexuais” de evitar ou transformar a designação do sexo de nascimento, a epistemologia do dimorfismo e da diferença sexual estava simplesmente em ruínas. A epistemologia disciplinar do século XIX era baseada no imperativo biopolítico da reprodução heterossexual da população de um país. Como explicam Suzanne J. Kessler e Wendy McKenna, os corpos humanos eram “diagnosticados” masculinos ou femininos no nascimento como potenciais “portadores de espermas e óvulos”.<sup>9</sup> Mas “portadores de espermas e óvulos” ganharam novo agenciamento político sobre seu poder reprodutivo. Além disso, técnicas desenvolvidas nos anos 1950 para a leitura de diferenças genéticas e cromossômicas e para a medição dos níveis endocrinológicos introduziram variáveis que não podiam ser reduzidas ao quadro epistemológico do dimorfismo sexual. Discursos médicos, biológicos e políticos foram confrontados com uma variabilidade infinita de corpos e desejos (variáveis cromossômicas múltiplas, gonadal, hormonal, genital externa, psicológica e política) que não pode ser incluída no imperativo disciplinar da reprodução heterossexual. John Money coloca desta forma:

Em seres humanos, as diferenças sexuais irredutíveis são que os homens engravidam uma mulher e as mulheres menstruam, gestam e produzem leite. De outra forma, o dimorfismo sexual, programado no cérebro sob a influência de hormônios pré-natais, parece não ser irredutível sexualmente, mas compartilhado sexualmente e limitado dimorficamente. Uma teoria

<sup>9</sup> Suzanne Kessler e McKenna, “Toward a Theory of Gender”, op. cit., p. 180.

completa da diferenciação de todos os componentes de masculinidade ou feminilidade no papel da identidade de gênero precisa ser tanto do tipo multivariada quanto sequencial. Isso deve ser aplicável a todas as síndromes de hermafroditismo e à gênese dos fenômenos do papel da identidade de gênero, incluindo o travestismo e a transexualidade, bem como a gênese da identidade heterossexual de gênero.<sup>10</sup>

No entanto, no fim dos anos 1950 os homens não têm mais garantias de que podem engravidar mulheres, que param de menstruar e engravidar sob os efeitos da pílula anticoncepcional, além disso, o leite é fornecido pela indústria alimentícia — em vez de por seios femininos. O regime heterossexual dimórfico de “portadores de esperma e óvulos” se torna sem sentido.

Entretanto, em vez de produzir coletivamente uma epistemologia alternativa (multimórfica) para compreensão dos corpos e desejos, os discursos políticos, biológicos e médicos dos anos 1950 decidem intervir diretamente nas estruturas dos seres vivos para construir artificialmente dimorfismo sexual, utilizando técnicas cirúrgicas, hormonais e protéticas com apoio das indústrias farmacológica, médica e alimentícia.<sup>11</sup> Quando a possibilidade da construção técnica da diferença sexual é reconhecida como um ponto de partida, natureza e identidade são levadas

<sup>10</sup> John Money, “Pediatric Sexology and Hermaphroditism”, *Journal of Sex and Marital Therapy*, v. 11, n. 3, 1985, p. 139.

<sup>11</sup> Ver Anne Fausto-Sterling, “The Five Sexes, Revisited”, *Sciences*, v. 40, n. 4, julho/agosto 2000, pp. 18-23. Vários biólogos têm recentemente pedido uma alteração da epistemologia não dimórfica na atribuição de sexo-gênero.

ao nível de uma paródia somática. Enquanto o regime disciplinar do século XIX considerou o sexo natural, definitivo, imutável e transcendental, o gênero farmacopornográfico parece ser sintético, maleável, variável, aberto à transformação e imitável, assim como possível de ser tecnicamente produzido e reproduzido.

Estranhamente, as dimensões médicas e biotecnológicas da produção de gênero foram ignoradas pela versão "cultural" do construtivismo feminista branco, que reapropriou a noção de "gênero" a fim de reformá-la como um instrumento de análise crítica da opressão das mulheres. O gênero aparece de forma progressiva nos textos sociológicos e antropológicos de Margaret Mead ou Ann Oakley como a construção social e cultural da diferença sexual.<sup>12</sup> As definições culturalistas feministas de gênero têm sido a fonte de dois obstáculos residuais cujos efeitos desastrosos continuam presentes nas atuais "políticas de gênero" que sustentam que o sexo, entendido como uma verdade anatômica, é um dado biológico e, portanto, não está sujeito à construção cultural, enquanto o gênero enuncia, especialmente, a diferença social, cultural e política das *mulheres* em uma sociedade e em um momento histórico determinado. Nesse contexto, não surpreende que o feminismo se encontre no beco sem saída dos debates essencialismo/construtivismo ou esteja relacionado a políticas estatais capazes de recuperar a retórica feminista como parte de um programa mais amplo de normatização sexual e

12 Um dos primeiros textos nos quais esta diferença aparece tematizada claramente é: Ann Oakley, *Sex, gender and society*. London: Temple Smith, 1972. Ver também Christine Delphy, "Penser le genre: problèmes et résistances" in *L'ennemi principal*. Paris: Nouvelles Questions Féministes, 2001.

controle social. Por que as feministas culturalistas e construtivistas dos anos 1970 não lutaram contra diagnósticos clínicos, protocolos de reatribuição para corpos intersexuais, tecnologias cirúrgicas e bioquímicas normatizantes e o regime binário nos sistemas administrativos? A ativista intersexual Cheryl Chase responde: "Intersexuais têm tido muita dificuldade em conseguir o apoio do feminismo dominante não apenas pelas estruturas racistas e coloniais que situam a clitoridectomia [circuncisão feminina] como uma prática estrangeira a sujeitos adequados dentro do primeiro mundo,<sup>13</sup> mas também porque a intersexualidade mina a estabilidade da categoria 'mulher'".<sup>14</sup>

Além das reivindicações dos movimentos intersexuais e transexuais, a teoria *queer* do final dos anos 1980 representou a primeira crítica à utilização da noção de gênero dentro do próprio feminismo. Na década de 1980, Teresa de Lauretis e Judith Butler começaram a mostrar que a segunda onda de feministas compartilhava acriticamente a própria estrutura epistemológica sexo-gênero que tinha como objetivo questionar. Lauretis afirma que só é possível falar em "teoria" feminista quando esta questiona os próprios fundamentos e interpretações críticas, seus termos políticos, suas práticas linguísticas e de produção de visibilidade. Lauretis pergunta-se qual é o sujeito político que o feminismo — como discurso e prática de

13 A remoção de partes externas da genitália feminina é realizada em muitos países do sudoeste da Ásia e da África Central ou Ocidental entre comunidades ditas tribais. Nessas regiões, a circuncisão feminina ocorre quase sempre sem acompanhamento médico, estando associada à cultura e ao simbolismo das sociedades. [N.T.]

14 Cheryl Chase, "Hermaprodites" in Susan Stryker e Stephen Whittle (eds.), op. cit., p. 132.

representação — produz. Longe de qualquer autoindulgência, sua conclusão assume a forma de uma advertência extremamente lúcida: o feminismo funciona, ou pode funcionar, como um instrumento de normatização e de controle político se reduzir seu sujeito às “mulheres”. Sob a aparente neutralidade e universalidade do termo “mulher”, esconde-se uma multiplicidade de vetores de produção de subjetividade: sexo, raça, classe, sexualidade, idade, capacidade, diferenças geopolíticas e corporais etc. Em termos lauretianos, o sujeito do feminismo é inevitavelmente excêntrico, não coincide com “as mulheres”, mas se apresenta como uma força de deslocamento, uma prática de transformação da subjetividade.<sup>15</sup>

Com o objetivo de questionar a fusão de gênero e mulher, Teresa de Lauretis desenvolveu a ideia de “tecnologias de gênero”.<sup>16</sup> Para Lauretis, os dispositivos de filmagem — modos específicos de gravação, projeção, montagem, significação e decodificação — servem como um paradigma para conceber a produção de gênero e de subjetividade sexual. Equivale a dizer que o sistema farmacopornográfico funciona como uma máquina de representação somática onde texto, imagem e corporalidade espalham-se no interior de um circuito cibernético expansivo. Na interpretação semiótico-política de De Lauretis, o gênero é efeito de um sistema de significação que inclui modos de produção e decodificação de signos visuais e textuais politicamente regulados. O sujeito, simultaneamente o produtor e o intérprete desses signos, está constantemente

15 Teresa de Lauretis, “Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness”, in *Feminist Studies*, v. 16, nº 1, Primavera 1990, pp. 115-150.

16 Ver Teresa de Lauretis, *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

implicado em um processo corporal de significação, representação e autorrepresentação. Levando ao feminismo a crítica do poder disciplinador de Foucault e a semiótica cinematográfica de Metz, De Lauretis escreve:

Parece-me que o gênero não é um simples derivado do sexo anatômico ou biológico, mas uma construção socio-cultural, uma representação ou, melhor ainda, o efeito do cruzamento das representações discursivas e visuais que emanam das diferentes instituições — a família, a religião, o sistema educativo, os meios de comunicação, a medicina ou a legislação —, mas também de fontes menos evidentes, como a linguagem, a arte, a literatura, o cinema etc. Contudo, a construtividade ou a natureza discursiva do gênero não o impediram de ter implicações reais, ou efeitos concretos, tanto sociais quanto subjetivos, na vida material dos indivíduos. Ao contrário, a realidade do gênero está precisamente nos efeitos da sua representação; o gênero é realizado, se torna “real”, quando essa representação se torna autorrepresentação, é individualmente assumida como uma forma da própria identidade social e subjetiva.<sup>17</sup>

De Lauretis substitui a noção naturalizada de “mulher” pela de “gênero” ao traduzir a questão das “dialéticas da opressão” como uma multiplicidade de “tecnologias”. O problema dessa diferença conceitual entre gênero e mulher, entre “tecnologias de poder” e “dialéticas da

17 Teresa de Lauretis, “Gender Identities and Bad Habits”, in *Actas del IV Congreso Estatal Insomnía sobre Identidad de Género vs. Identidad Sexual*. Castelló de la Plana, ESP: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2008, pp. 13-23.

opressão”, não se limita a questões nominais de tradução ou semântica, mas também se refere diretamente a tecnologias do corpo e dispositivos de subjetivação. Esta distinção tem o potencial para desfazer toda a gramática do feminismo e até mesmo toda a história política da produção da diferença entre os sexos. Ali onde o feminismo dos anos 1970 via opressão de mulheres, De Lauretis nos convida a identificar o funcionamento de um conjunto de tecnologias de gênero, operando sobre os corpos que produzem não apenas diferenças de gênero, mas também diferenças sexuais, raciais, somáticas, de classe, de idade, de capacidade etc.

Como resultado, um novo campo de estudo se estabelece para o feminismo: a análise das diferentes *tecnologias de gênero* que produzem (de forma precária e instável) corpos, sujeitos de enunciação e de ação. É desnecessário dizer que a pesquisa dessas tecnologias de gênero não pode, de forma alguma, reduzir-se a um estudo estatístico ou sociológico da situação das mulheres nos diferentes domínios da produção dos corpos, discursos e representações.<sup>18</sup> Também não se trata de que o gênero seja uma força cultural que venha a modificar uma base biologicamente dada (o sexo). Em vez disso, é a subjetividade em seu conjunto que se produz nos circuitos técnico-orgânicos codificados em termos de gênero, de sexo, de raça e de sexualidade através dos quais circula o capital farmacopornográfico.

Com De Lauretis, Judith Butler introduziu a maior e mais aguda crítica tanto à epistemologia gênero-sexo quanto à gramática do feminismo. Para Butler, o gênero

<sup>18</sup> Teresa de Lauretis, *Technologies of gender, essays on theory, film and fiction*, op. cit.

é um sistema de regras, convenções, normas sociais e práticas institucionais que produz *performativamente* o sujeito que pretende descrever. Através de uma leitura cruzada de Austin, Derrida e Foucault, Butler identificou uma consideração do gênero não mais como uma essência ou uma verdade psicológica, mas como uma prática discursiva, corporal e performativa por meio da qual o sujeito adquire inteligibilidade social e reconhecimento político.<sup>19</sup> Atualmente, esta análise butleriana acompanha as lições de Donna J. Haraway para o exame da dimensão semiótico-técnica dessa produção performativa: levando a hipótese performativa para ainda mais fundo no corpo, tanto quanto seus órgãos e fluidos; colocando-a em células, cromossomos e genes.

A noção clínica de gênero inventada por Money é, antes de tudo, um instrumento de racionalização do ser vivo em que o corpo visível é tão somente um dos parâmetros. A invenção do gênero como princípio organizador foi necessária para o surgimento e o desenvolvimento de uma série de técnicas farmacopornográficas de normatização e transformação do ser vivo — como a fotografia dos “desviados”, o diagnóstico celular, a análise e a terapia hormonais, a leitura cromossômica e a cirurgia transexual e intersexual.

A invenção da fotografia no começo do século XIX, antes do surgimento e aperfeiçoamento das técnicas hormonais e cirúrgicas, assinala uma etapa crucial para a produção do novo sujeito sexual e de sua verdade visual. Obviamente, este processo de representação do corpo já havia começado no século XVII com o desenho anatômico

<sup>19</sup> Ver Judith Butler, *Gender Trouble*, op. cit.; *Bodies That Matter*, op. cit. e *Undoing Gender*, op. cit.

e pornográfico,<sup>20</sup> mas é a fotografia que vai conferir a essa produção técnica da materialidade do corpo o valor de realismo visual. Tomemos, por exemplo, uma das imagens clássicas de Félix Nadar<sup>21</sup> representando “hermafroditas” e “invertidos”: um corpo, denominado “x” nos históricos médicos, aparece deitado com as pernas abertas, coberto apenas com uma combinação branca até o peito, deixando a pelve à mostra. Os órgãos genitais são expostos ao olhar da câmera por uma mão externa ao enquadramento. A imagem revela o próprio processo de produção discursiva. Ela compartilha os códigos da representação pornográfica que aparecem nesta mesma época; a mão do médico esconde e mostra os órgãos genitais, estabelecendo assim uma relação de poder entre o sujeito e o objeto da representação. O rosto e, sobretudo, os olhos do paciente foram apagados; o/a paciente anormal não pode ser agente da própria representação. A verdade do sexo adquire aqui o caráter de uma revelação visual, processo em que a fotografia participa como catalisador ontológico, explicitando uma realidade que não poderia surgir de outro modo.

Um século depois, em 1980, a antropóloga Susan Kessler denunciara os códigos estéticos (apoiados no tamanho e na forma do pênis ou do clitóris) que dominam os protocolos médicos para a atribuição do sexo dos bebês no momento do nascimento. Embora os critérios visuais para a atribuição do sexo pareçam não ter mudado muito desde o final do século XIX, as atuais possibilidades técnicas de modificação do corpo introduzem diferenças substanciais no processo de atribuição e produção

<sup>20</sup> Thomas Laqueur, *Making Sex*, op. cit., pp. 154-163.

<sup>21</sup> Nadar fotografou um paciente “hermafrodita” por volta de 1860 a mando do médico francês Armand Trousseau.

da feminilidade e da masculinidade na era farmacopornográfica. O processo de normatização (atribuição, reatribuição), que só podia ser levado adiante por meio da representação discursiva ou fotográfica, inscreve-se agora na própria estrutura do ser vivo com técnicas cirúrgicas, endocrinológicas e mesmo genéticas.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a cartografia sexual do Ocidente, caracterizada pelo dimorfismo sexual e sua classificação de sexualidades normais e desviantes, saudáveis ou deficientes, torna-se dependente da gestão legal e comercial das moléculas essenciais para produção dos fenótipos (sinais externos) que culturalmente reconhecemos como femininos ou masculinos (pelo facial, tamanho e forma dos genitais, o tom de voz etc.), assim como da gestão tecnopolítica da reprodução da espécie e do controle farmacológico de nosso sistema imunológico e de sua resistência à agressão, à doença e à morte.

Houve sempre vários regimes de produção corporal — regimes políticos para produção e reprodução da vida humana no planeta, dependendo do momento histórico e do contexto político, econômico e cultural. Alguns perderam o potencial de subjetivação (os sistemas matriarcais ou a pedofilia grega, por exemplo) com o desaparecimento das tecnoecologias políticas que os ativavam. Outros se encontram em plena transformação. Este é o caso do nosso próprio modelo.

Se o conceito de gênero introduz uma ruptura, é exatamente porque constitui o primeiro momento autorreflexivo dentro da epistemologia da diferença sexual. A partir daqui, não há caminho de volta. Money é para a história da sexualidade o que Hegel é para a história da filosofia e Einstein é para a concepção do espaço-tempo. É o começo do fim, a explosão do sexo-natureza, da natureza-história,

do tempo e do espaço como linearidade e extensão. Com a noção de gênero, o discurso médico deixa à mostra suas fundações arbitrárias e seu caráter construtivista, ao mesmo tempo abrindo caminho para novas formas de resistência e de ação política. Quando falo de uma ruptura introduzida pela noção de gênero, não pretendo designar a passagem de um paradigma político a outro extremamente diferente nem uma ruptura epistemológica que provocaria uma forma de descontinuidade radical. Na verdade, me refiro a uma superposição de camadas por meio da qual diferentes técnicas de produção e gestão da vida são interligadas e sobrepostas. O corpo farmacopornográfico não é uma matéria viva passiva, mas uma interface tecno-orgânica, um sistema tecnovivo segmentado e territorializado por diferentes tecnologias políticas (textuais, informáticas, bioquímicas).

Vamos examinar, por exemplo, o deslocamento da produção de pelos no corpo a partir da visão do regime sexual disciplinador até a visão do regime farmacopornográfico de gênero. No sistema sexual disciplinador do século XIX, a “mulher barbada” era considerada uma anomalia monstruosa, e seu corpo se tornara visível no enquadramento espetacular de circos e shows de horrores. No regime farmacopornográfico, o “hirsutismo” é transformado em quadro clínico, tornando as mulheres clientes em potencial do sistema médico e consumidoras de moléculas manufaturadas (especificamente Androcur, remédio usado para neutralizar a produção de testosterona, mas que também funciona como regulador de insulina), finalidade que não é hormonal, mas política, normatizante. Depois de 1961, o hirsutismo foi medido pela escala Ferriman-Gallwey, que examina dezenove partes do corpo (das costeletas aos

dedos dos pés) a fim de avaliar o crescimento normal de pelos.<sup>22</sup> A pontuação Ferriman-Gallwey estabelece uma correlação entre gênero, etnia e pelo; por exemplo, em uma mulher caucasiana, uma pontuação de oito é considerada um indicativo de excesso de androgênio, enquanto que nas mulheres do Leste Asiático e nas nativas norte-americanas, o hirsutismo é diagnosticado por uma pontuação muito menor. De acordo com o mesmo método, judeus asquenazes e mulheres hispânicas são “grupos étnicos de alto risco”.<sup>23</sup> O hirsutismo torna-se aqui um método para avaliar clinicamente tanto raça quanto gênero. Acrobacia biopolítica: feminilidade-corpo-cabelo-visibilidade, circo-hirsutismo-Androcur-raça-cosmética-tratamento-invisibilidade-feminilidade. Diferentes “técnicas do corpo”<sup>24</sup> e enquadramentos visuais produzem diferentes ficções vivas somatopolíticas: anteriormente exibido no circo, o corpo hirsuto farmacopornográfico racializado torna-se objeto da clínica de cirurgia plástica e do salão de beleza e suas técnicas de regulação hormonal e eletrólise.

Nas definições mutantes de gênero, não há sucessão de modelos (soberanos, disciplinares e farmacopornográficos) prestes a serem suplantados historicamente por outros, ou quaisquer rupturas ou descontinuidades

22 David Ferriman e John D. Gallwey, “Clinical Assessment of Body Hair Growth in Women”, *Journal of Clinical Endocrinology*, v. 21, n. 11, Novembro 1961, pp. 1440-1447.

23 Daniel A. Dumesic e Lauri A. Pasch, “Hirsutism: Bother or Burden? Developing a patient-centered management approach”, *Sexuality, Reproduction & Menopause*, v. 9, n. 3, Agosto 2011, p. 14.

24 Marcel Mauss, “Techniques du corps,” in *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 2001. Esse artigo foi originalmente publicado no *Journal de Psychologie* (v. 32, n. 3-4, março-abril 1936). Ensaio apresentado na Société de Psychologie em 17 de maio 1934.

radicais, mas sim uma simultaneidade interligada, um efeito transversal de múltiplos modelos somatopolíticos que compõem e implementam subjetividade de acordo com várias intensidades, diferentes índices de penetração e diferentes graus de eficiência.

Se este não for o caso, então como explicar o fato de que, no início do século XXI, a rinoplastia (operação de nariz) seja considerada cirurgia estética enquanto a vaginoplastia (construção cirúrgica de uma vagina) e a faloplastia (construção cirúrgica de um pênis) sejam consideradas cirurgias de mudança de sexo?<sup>25</sup> Poderíamos dizer que dois regimes claramente distintos de poder-saber atravessam o corpo, e que constroem o nariz e os genitais de acordo com tecnologias somatopolíticas diferentes. Enquanto o nariz está regulado por um poder farmacopornográfico em que um órgão se considera como propriedade individual e objeto do mercado, os genitais continuam encerrados em um regime pré-moderno, soberano e quase teocrático de poder que os considera propriedades do Estado e dependentes de uma lei transcendental e imutável. Mas, na sociedade farmacopornográfica, uma conflitante multiplicidade dos regimes de poder-conhecimento opera em simultâneo em diferentes órgãos, rasgando o corpo separadamente. Não somos corpos sem órgãos, mas sim um conjunto de órgãos heterogêneos incapazes de serem reunidos sob a mesma pele. Aqueles que sobreviverem à mutação que está ocorrendo verão seus corpos mudarem para um novo sistema semiótico-técnico e testemunharão a proliferação de novos órgãos; em outras palavras, deixarão de ser os corpos que foram anteriormente.

25 Dean Spader, "Mutilating gender" in Susan Stryker e Stephen Whittle (eds.), op. cit., pp. 315-332.

Quando se trata dessas transformações no corpo vivo, os contornos do problema se tornam mais claros. O gênero farmacopornográfico não é metáfora nem ideologia; não pode ser reduzido a uma performance: é uma forma de tecnocologia política. A certeza de ser homem ou mulher é uma bioficção somatopolítica produzida por um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como próteses de subjetivação. O gênero é um programa operacional capaz de desencadear uma proliferação de percepções sensoriais sob a forma de afetos, desejos, ações, crenças e identidades. Um dos resultados característicos desta tecnologia de gênero é a produção de um saber interior sobre si mesmo, de um sentido do eu sexual que aparece como uma realidade emocional para a consciência. "Sou homem", "Sou mulher", "Sou heterossexual", "Sou homossexual", "Sou transexual": estas são algumas das formulações que condensam saberes específicos sobre si mesmo, agindo como núcleos biopolíticos e simbólicos rígidos em torno dos quais é possível aglutinar todo um conjunto de discursos e práticas performativas.

Podemos chamar de "programação de gênero" um modelo neoliberal psicopolítico da subjetividade que potencializa a produção de sujeitos que pensam a si mesmos e agem como corpos individuais, que se auto-compreendem como espaços e propriedades biológicas privadas com uma identidade de gênero e uma sexualidade fixas. A programação predominante de gênero opera com a seguinte premissa: um indivíduo = um corpo saudável = um sexo = um gênero = uma sexualidade = uma propriedade privada. Mas construir gênero, como argumentou Butler, sempre equivale a correr o risco de

desmantelá-lo. Produzir gênero implica um conjunto de estratégias de naturalização/desnaturalização e identificação/desidentificação. O dispositivo *drag king* e a autoexperimentação hormonal são apenas duas destas estratégias de descarrilamento.

No regime farmacopornográfico, o gênero se constrói nessas redes de materialização biopolítica; ele se reproduz e se consolida socialmente ao transformar-se em espetáculo, em imagem em movimento, em dados digitais, em moléculas farmacológicas, em cibercódigos. Os gêneros masculino e feminino farmacopornográficos existem diante de um público, como uma construção somatodiscursiva de caráter coletivo, frente à comunidade científica ou a uma rede. O tecnogênero é biocódigo público, científico e da comunidade em rede.

Ocitocina, serotonina, codeína, cortisona, estrogênios, omeprazol, testosterona, e assim por diante, correspondem ao grupo de moléculas atualmente disponível para a fabricação da subjetividade e seus afetos. Estamos equipados tecnobiopoliticamente para trepar, reproduzir o Corpo Nacional e consumir. Vivemos sob o controle das tecnologias moleculares, camisas de força hormonais que pretendem manter o biopoder: corpos hiperestrogênicos-estupro-testosterona-amor-gravidez-impulsos sexuais-abjeção-ejaculação. E o Estado extrai prazer da produção e do controle da nossa subjetividade pornocoagulada.

O objetivo dessas tecnologias farmacopornográficas é a produção de uma prótese política viva: um corpo que seja compatível o suficiente para colocar sua *potentia gaudendi*, sua capacidade total e abstrata para criação de prazer, a serviço da produção de capital e da reprodução das espécies. Fora dessa ecologia somatopolítica do

“portadores de espermatozoides e de óvulos”, não há homem ou mulher, assim como não há heterossexualidade e homossexualidade, nem capacidade e deficiência.

Nossas sociedades contemporâneas são gigantescos laboratórios sexopolíticos onde os gêneros são produzidos. O corpo — todos e cada um dos nossos corpos — é o enclave valioso em que transações de poder são incessantemente realizadas. Meu corpo = a multiplicidade de corpos. Homens e mulheres brancos do pós-guerra são seres biotecnológicos pertencentes ao regime sexopolítico cujo objetivo é a produção, reprodução e expansão colonial da vida humana heterossexual no planeta.

A partir dos anos 1940, os novos ideais biopolíticos de masculinidade e feminilidade foram criados em laboratório. Esses artefatos (nós) não podem existir em estado puro, mas apenas em nossos *tecnoecossistemas* fechados. Em nosso papel de sujeitos sexuais, habitamos parques de diversão biocapitalistas. Somos homens e mulheres de laboratório, efeitos de uma espécie de bioplatonismo político-científico. Somos estranhas ficções biopolíticas porque estamos vivos: somos simultaneamente o efeito do regime de poder farmacopornográfico (*biopoder*) e o potencial para seu fracasso (*bioempoderamento*).

### **Alguns códigos semiótico-técnicos da feminilidade heterossexual branca pertencentes à ecologia política farmacopornográfica do pós-guerra:**

*Adoráveis mulheres*, a coragem das mães, a Pílula, o coquetel hiper carregado de estrogênios e progesterona, a honra das virgens, *A bela adormecida*, a bulimia, o desejo

de um filho, a vergonha da defloração, *A pequena sereia*, o silêncio diante do estupro, *A gata borralheira*, a imoralidade última do aborto, os biscoitos e bolos, saber fazer um belo boquete, o bromazepam, a vergonha de ainda não ter feito, *E o vento levou*, dizer não quando você quer dizer sim, ficar em casa, ter as mãos pequenas, as sapatilhas de Audrey Hepburn, a codeína, o cuidado com os cabelos, a moda, dizer sim quando você quer dizer não, a anorexia, saber em segredo que sua melhor amiga é quem realmente te atrai, o medo de envelhecer, a necessidade constante de estar de dieta, o imperativo da beleza, a cleptomania, a compaixão, cozinhar, a sensualidade desesperada de Marilyn Monroe, a manicure, não fazer barulho ao andar, não fazer barulho ao comer, não fazer barulho, o algodão imaculado e cancerígeno do Tampax, a certeza da maternidade como laço natural, não saber chorar, não saber lutar, não saber matar, não saber muito de quase nada ou saber muito de tudo mas não poder afirmá-lo, saber esperar, a elegância discreta de Lady Di, o Prozac, o medo de ser uma vadia safada, o Valium, a necessidade do biquíni e da calcinha fio dental, saber se conter, deixar-se dar o cu quando preciso, resignar-se, a depilação precisa do púbis, a depressão, a sede, os sachês de lavanda que cheiram bem, o sorriso, a mumificação em vida do rosto liso da juventude, o amor antes do sexo, o câncer de mama, ser sustentada financeiramente, ser deixada pelo seu marido por uma mulher mais jovem...

**Alguns códigos semiótico-técnicos da masculinidade heterossexual branca pertencentes à ecologia política farmacopornográfica pós-guerra:**

James Bond, futebol, usar calças compridas, saber levantar a voz, *Platoon*, saber matar, saber sair na porrada, os meios de comunicação de massa, a úlcera estomacal, a precariedade da paternidade como laço natural, o jaleco, o suor, a guerra (incluindo a versão televisiva), Bruce Willis, a operação Tempestade no Deserto, a velocidade, o terrorismo, o sexo pelo sexo, ficar de pau duro como Ron Jeremy, saber beber, ganhar dinheiro, *Rocky*, Prilosec, a cidade, o bar, as putas, o boxe, a garagem, a vergonha de não ficar de pau duro como Ron Jeremy, Viagra, câncer de próstata, o nariz quebrado, a filosofia, a gastronomia, *Scarface*, ter as mãos sujas, Bruce Lee, pagar uma pensão para a ex-mulher, violência doméstica, filmes de terror, pornô, jogatina, apostas, o governo, o Estado, a corporação, alimentos embutidos, caça e pesca, botas, a gravata, a barba de três dias por fazer, álcool, infarto, calvície, a Fórmula 1, viagem à Lua, a bebedeira, enforcar-se, relógios grandes, calos nas mãos, manter o ânus bem fechado, camaradagem, gargalhadas, inteligência, saber enciclopédico, obsessões sexuais, ser um conquistador, misoginia, ser um skinhead, *serial killers*, heavy metal, deixar a esposa por uma mulher mais jovem, o medo de tomar no cu, não ver os filhos depois do divórcio, vontade de dar o cu...

Por um longo período, acreditei que as pessoas como eu eram as únicas que estavam fodidas. Porque não somos nem nunca seremos como as mulherzinhas de *Adoráveis mulheres* ou como os heróis de James Bond. Agora sei que, na realidade, estamos todos bem fodidos, toda essa merda diz respeito a nós todos, especialmente a *Adoráveis mulheres* e a heróis como James Bond.

## O CREPÚSCULO DA HETEROSSEXUALIDADE

Monique Wittig com Michel Foucault. Judith Butler com Antonio Negri. Angela Davis com Félix Guattari. Kate Bornstein com Franz Fanon. Podemos dizer que a heterossexualidade feminina branca é, antes de tudo, um conceito econômico que designa uma posição específica no centro das relações biopolíticas de produção e de troca baseada na transformação do trabalho sexual, do trabalho de gestação, do cuidado dos corpos e outras atividades não remuneradas no capitalismo industrial.<sup>26</sup> É próprio desse sistema econômico sexual funcionar por meio do que Judith Butler chamou de coerção performativa:<sup>27</sup> processos semiótico-técnicos, linguísticos e corporais de repetição regulada que são impostos por convenções culturais. É impossível imaginar a rápida expansão do capitalismo industrial sem o comércio de escravos, a expropriação colonial e a institucionalização do dispositivo heterossexual como modo de transformação em mais-valia dos serviços sexuais não remunerados historicamente realizados pelas mulheres. É razoável falar de uma dívida de trabalho sexual que os homens heterossexuais teriam historicamente contraído com as mulheres da mesma forma que países ocidentais deveriam, de acordo com Franz Fanon, ser forçados a ressarcir os povos colonizados com uma dívida colonial.<sup>28</sup> Se houvesse interesse em pagar a dívida por serviços sexuais e saques coloniais, todas as mulheres e povos colonizados

<sup>26</sup> Monique Wittig, op. cit., pp. 58-59.

<sup>27</sup> Judith Butler, *Gender Trouble*, op. cit.

<sup>28</sup> Frantz Fanon, "De la violence", in *Les Damnés de la terre*, in *Oeuvres*. Paris: La Découverte, 2011, p. 503.

do planeta receberiam uma renda vital que os permitiria viver sem trabalhar durante o resto de suas vidas.

A heterossexualidade não existiu sempre. A transformação do capitalismo contemporâneo implica uma mutação da ordem sexo-gênero. Se prestarmos atenção aos sinais de tecnificação e de informatização do gênero que emergem a partir da Segunda Guerra Mundial, podemos afirmar que a heterossexualidade está fadada a desaparecer. De fato, já está desaparecendo. A era pós-sexual será então iniciada como um efeito secundário da indústria farmacopornô. Isto não quer dizer que não haverá, a partir de agora, relações sexuais entre homens cis e mulheres cis, mas sim que as condições da produção sexual (de corpos e de prazeres) estão mudando drasticamente, e que se tornarão cada vez mais similares à produção de corpos e de prazeres desviantes, submetidas ao controle das mesmas regulações farmacopornográficas, estando todos os corpos submetidos aos mesmos processos de produção tecnobiopolítica. Em outras palavras, todas as formas de sexualidade e de produção de prazer e todas as economias libidinais e biopolíticas estão agora sujeitas às mesmas tecnologias moleculares e digitais de produção do sexo, do gênero e da sexualidade.

As premissas normativas do regime sexual disciplinar do século XIX (continuidade entre sexualidade, reprodução e patologização de práticas não reprodutivas, incluindo a masturbação e a homossexualidade) foram radicalmente deslocadas com a invenção da Pílula e a transformação da pornografia em um ramo da indústria midiática popular que transformou a masturbação em fonte de produção de capital. Mas o maquinário tecnovivo do qual somos parte não é um todo completamente

coerente e integrado. Os dois polos da indústria farmacopornográfica (fármaco e pornô) funcionam mais em oposição do que em convergência. Embora a indústria pornográfica de modo geral trabalhe como propaganda cultural para o regime de gênero dimórfico (produzindo representações normativas e idealizadas das práticas heterossexual e homossexual, em que sexualidade equivale à penetração com biopênis) e a assimetria política entre homens cis e mulheres cis seja legitimada com base nas diferenças anatômicas (homem cis = biopênis; mulher cis = biovagina), as indústrias farmacêuticas e biotécnicas e as novas técnicas de reprodução assistida — também se elas continuam a funcionar dentro de uma estrutura legal heteronormativa — redesenham incessantemente as fronteiras entre os gêneros e, como um todo, transformando o sistema econômico, heterossexual e político em um meio obsoleto de gestão da subjetividade.

\*A dialética entre fármaco e pornô já se manifesta nas contradições entre diversos biocódigos (*low-tech* ou *high-tech*) da subjetividade que procedem de regimes diferentes de produção do corpo. Assim, por exemplo, famílias (heterossexuais, homossexuais ou monoparentais) em que a reprodução ocorreu por meio de fertilização *in vitro* com sêmen de doador anônimo continuam funcionando em um sistema político-legal em que os ideais performativos da masculinidade e da filiação não foram questionados. Além disso, os biocódigos de produção de subjetividade (tanto semióticos quanto farmacêuticos, do Viagra à testosterona, passando pela estética do corpo gay ou pelas práticas sexuais que usam órgãos sintéticos) circulam no mercado farmacopornográfico sem que seja possível controlar os processos de produção de subjetividade que desencadeiam. Portanto, biocódigos (linguagem, formas

de se vestir, hormônios, próteses) que anteriormente pertenciam às categorias feminina, masculina, heterossexual, homossexual, transexual, ou mesmo configurações de gênero *queer*, podem alcançar formas de expressão que são desnaturalizadas, excêntricas e livres de uma identidade sexual ou subjetividade biopolítica precisa. Um modo de vida ou um projeto-identidade. Os códigos visuais que regem a transformação do rosto de Courtney Love, ícone do rock *underground*, não diferem daqueles utilizados para dar forma ao rosto rejuvenescido da rainha da Espanha, da atriz Pamela Anderson, de Chen Lili (a transexual que participou do concurso Miss Universo em 2004), da estrela lésbica Ellen DeGeneres ou daqueles usados para a remodelação do rosto de uma mulher cis anônima da classe trabalhadora que ganha o direito de participar do programa de televisão norte-americano *Extreme Makeover*. Como resultado, testemunhamos uma horizontalização do consumo das técnicas de produção do corpo que redistribuem as diferenças entre identidades de classe, raça ou sexuais, entre a cultura musical do rock, a alta sociedade e a indústria pornô. Essa inconstância farmacopornográfica é um sinal de que a heterossexualidade branca será brevemente apenas mais uma estética corporal entre muitas outras, um estilo reprodutivo retrô que várias futuras gerações poderão negar ou exaltar, uma máquina de reprodução de baixa tecnologia exportável para outras partes do mundo (até mesmo uma desculpa para entrar em guerra contra países muçulmanos), mas completamente antiquada e decadente nas sociedades democráticas pós-judaico-cristãs ocidentais. \*

Cinquenta anos depois da invenção da Pílula, todos os corpos sexuais são produzidos e se tornam inteligíveis de acordo com uma epistemologia farmacopornográfica

comum. Não há biotecnologias do corpo diferentes, mas sistemas administrativos que, como argumenta Dean Spade, organizam e administram o acesso e o uso dessas tecnologias, distribuindo oportunidade de vida de acordo com classe, raça, competência, gênero ou sexualidade.<sup>29</sup> Hoje, um homem cis pode se autoadministrar um complemento hormonal à base de testosterona para aumentar seu rendimento esportivo, uma adolescente pode ter um implante subcutâneo que libere um composto de estrogênios e de progesterona como método contraceptivo; uma mulher cis que se define como homem poderá assinar um protocolo de mudança de sexo e ter acesso a uma terapia endocrinológica à base de testosterona que lhe permitirá desenvolver barba e bigode e aumentar a musculatura; uma mulher cis de sessenta anos pode descobrir que a ingestão durante mais de vinte anos de vida de uma alta dose de estrogênios e progesterona em suas pílulas anticoncepcionais produziu uma insuficiência renal ou um câncer de mama que terá que ser tratado com uma quimioterapia semelhante à administrada às vítimas de Tchernóbil; um casal heterossexual pode recorrer à inseminação artificial depois de descobrir que o homem do casal não pode produzir espermatozoides que se desloquem o bastante para fecundar o óvulo da companheira devido a um alto consumo de tabaco e álcool. A mesma testosterona que ajuda a girar a roda das bicicletas do Tour de France serve para transformar os corpos dos transexuais femininos em masculinos... A questão é: quem tem acesso aos tratamentos hormonais? E de acordo com quais diagnósticos clínicos? De que maneira classe e raça

<sup>29</sup> Ver Dean Spade, *Normal Life: Administrative Violence, Critical Trans Politics and the Limits of the Law*. Nova York: South End Press, 2011.

modificam a distribuição e o acesso às tecnologias de produção de gênero?

Tudo isso sugere que um regime normativo de distribuição segregada de raça, classe, gênero, sexualidade e competência coexiste com o processo de “devir-comum”<sup>30</sup> das tecnologias da produção do corpo, do gênero, do sexo, da raça e da sexualidade. A partir de agora, será impossível frear a mutação.

Em meio à Guerra Fria, aparece uma nova distinção ontológico-política entre “cis” (um corpo que conserva o gênero que lhe foi atribuído no nascimento) e “trans” (um corpo que se utiliza de tecnologias hormonais, cirúrgicas, protéticas ou jurídicas para modificar essa atribuição). Daqui em diante, utilizarei a nomenclatura *cis* e *trans*, sabendo que esses dois *status* de gênero biopolítico são tecnicamente produzidos. Ambos dependem de métodos de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológico comuns. A diferença entre “cis” e “trans” depende da resistência à norma, da consciência desses processos técnicos (farmacopornográficos) que produzem ficções somáticas de masculinidade e feminilidade e das técnicas científicas e do reconhecimento social no espaço público. Isso significa não haver juízo de valor implícito: o gênero “trans” não é melhor nem mais político que o gênero “cis”. Em termos ontopolíticos, isso se resume a dizer que há apenas tecnogêneros. Técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas ou cibernéticas constroem a materialidade dos sexos *performativamente*. Há transexuais que afirmam ter nascido “prisioneiros em um corpo do sexo

<sup>30</sup> Ver a noção de “devir-comum” in Michael Hardt e Antonio Negri, *Multitudes*, op. cit., p. 142.

oposto" e que os dispositivos técnicos colocados à sua disposição pela medicina contemporânea são apenas um meio de revelar seu *autêntico e verdadeiro* sexo. Outros transexuais, como Kate Bornstein, Del LaGrace Volcano ou Susan Stryker,<sup>31</sup> afirmam sua condição *gender queer*, de desviados de gênero, e recusam as atribuições de homem ou mulher, declarando-as como imposições normativas. Del LaGrace Volcano explica assim:

Como um artista visual variante de gênero, utilizo as "tecnologias de gênero" a fim de ampliar, em vez de apagar, os traços hermafroditas do meu corpo. *Eu mesmo me nomeio*. Um abolicionista do gênero. Um terrorista de gênero em meio período. Uma mutação intencional e intersexual por design (contrário ao diagnóstico) a fim de distinguir minha jornada entre os outros milhares de indivíduos intersexuais que tiveram seus corpos "ambíguos" mutilados e desfigurados em uma tentativa equivocada de "normatização".<sup>32</sup>

Nunca é demais lembrar que o regime farmacopornográfico da sexualidade não pode funcionar sem a circulação de um intenso fluxo semiótico-técnico: fluxo de hormônios, fluxo de silicone, fluxos digitais, textuais e de conteúdo representacional... Em outras palavras, o regime

<sup>31</sup> Kate Bornstein, *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us*. Nova York: Routledge, 1994; Susan Stryker, "My Words to Victor Frankenstein Above the Village of Chamounix: Performing Transgender Rage", *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 1, n. 3, 1994, pp. 227-254.

<sup>32</sup> Del LaGrace Volcano, "Artist Statement", modificado pela última vez em Setembro 2005, <<http://www.dellagracevolcano.com/statement.html>>.

farmacopornográfico da sexualidade não pode funcionar sem um tráfego constante de biocódigos de gênero. O gênero no século XXI funciona como um mecanismo abstrato para a subjetivação técnica; ele é conectado, cortado, deslocado, citado, imitado, engolido, injetado, transplantado, digitalizado, copiado, concebido como design, comprado, vendido, modificado, hipotecado, transferido, baixado na internet, aplicado, traduzido, falsificado, fabricado, trocado, dosado, administrado, extraído, contraído, ocultado, negado, renunciado, traído... Ele transmuta.

Em termos de agenciamento político, sujeição ou empoderamento não depende da rejeição de tecnologias em nome da natureza, e sim do uso diferenciado e da reapropriação das técnicas de produção da subjetividade. Nenhum poder político existe sem controle sobre a produção e distribuição de biocódigos de gênero. A emancipação farmacopornográfica dos corpos subalternos só pode ser medida segundo estes critérios essenciais: envolvimento e acesso à produção, circulação e interpretação dos biocódigos somatopolíticos.